Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Two Square Transmissions Participações S.A.

31 de março de 2025 com Relatório de Revisão do Auditor Independente

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e consolidadas

31 de março de 2025

Índice

Relatório de revisão do auditor independente	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000 ey.com.br

Relatório de revisão do auditor independente

Aos Administradores e Acionistas da **Two Square Transmissions Participações S.A** São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Two Square Transmissions Participações S.A (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Em 31 de março de 2025, a Companhia não reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$ 638.840 mil no consolidado, referente a debêntures, as quais podem ter seu vencimento antecipado declarado pelos credores, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais previstas em instrumentos de dívidas de suas controladas. Consequentemente, em 31 de março de 2025, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R\$ 638.840 mil no consolidado (R\$ 737.936 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2024). Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve a mesma modificação.



Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.3 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 878.701 mil na controladora e R\$ 1.598.033 mil no consolidado em 31 de março de 2025 substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R\$ 610.672 mil na controladora e R\$ 1.496.980 mil no consolidado para o passivo circulante, em virtude do descumprimento de convenants financeiros, os quais demandarão obtenção de *waivers* dos credores. Adicionalmente, conforme mencionado na seção "base para conclusão com ressalva", o montante de R\$ 638.840 mil relativo a dívidas as quais a Companhia não possui o direito de diferir o pagamento pelos próximos 12 meses da data das informações intermediárias, não foi reclassificado para o passivo circulante. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.3 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 2 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda CRC SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade Contador CRC PE-026317/O

() ()

Balanço patrimonial 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares reais)

		Controladora		Conso	lidado
	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante		007	4.005	44.400	40.700
Caixa e equivalentes de caixa	4	307	1.235	44.128	42.792
Caixa restrito	5	-	-	25.916	
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	31.777	30.789
Ativo de concessão	9	-	-	331.025	320.492
Prêmio de seguro	-	120	180	2.350	3.908
Tributos e contribuições a compensar	7	6.791	6.573	12.743	12.063
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	789	789	1.128	1.131
Dividendos a receber	11	3.538	3.538	-	-
Outros créditos		171	-	1.815	1.137
Total do ativo circulante		11.716	12.315	450.882	412.312
Não circulante Realizável a longo prazo	_		00.000	00.400	440.040
Caixa restrito	5	-	23.299	93.463	119.313
Ativo da concessão	9	-	- 0.77	3.910.454	3.897.531
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	2.834	2.877	111.526	102.094
Impostos de renda e contribuição social diferido	18	134	134	6.823	7.793
Valores a receber pela alienação de investimento	10	4.707	4.707	4.707	4.707
Prêmio de seguro		2	3	475	529
		7.677	31.020	4.127.448	4.131.967
Investimentos	12	1.234.934	1.196.464	-	-
Imobilizado		19	19	19	19
Intangível		2.142	2.142	2.142	2.142
		1.237.095	1.198.625	2.161	2.161
Total do ativo não circulante		1.244.772	1.229.645	4.129.609	4.134.128
Total do ativo		1.256.488	1.241.960	4.580.491	4.546.440

		Controladora		Conso	lidado
<u> </u>	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Deseive					
Passivo Circulante					
Fornecedores	13	2.310	2.276	110.848	105.834
	16	703.140	633.881	1.651.554	1.045.310
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	703.140 7.615	8.242	21.873	20.879
Tributos e contribuições sociais Imposto de renda e contribuição social	17	1.700	1.700	21.673	20.879
PIS e COFINS diferidos	18	1.700	1.700	22.203	2.934
	10	442	442	22.203 6.627	20.972 6.526
Salários e encargos sociais	14	442	442	46.507	48.220
Provisão para onerosidade de contratos	14	-	-	46.507 4.193	46.220 3.490
Encargos setoriais	11	168.389	170.266	4.193 170.564	
Partes relacionadas	11		178.366		170.564
Dividendos a pagar	15	3.902	3.902	3.347 8.427	3.347
Outros passivos	15	2.919	2.442		7.742
Total do passivo circulante		890.417	831.251	2.048.915	1.435.818
Não circulante					
Fornecedores	13	_	_	108.596	105.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	_	_	1.594.616	2.137.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	_	_	115.731	114.642
PIS e COFINS diferidos	18	_	_	256.779	256.935
Outros passivos	15	_	_	4.904	200.000
Provisão para contingências	19	_	_	84.647	83.722
Total do passivo não circulante	10			2.165.273	2.698.287
Total do passivo não en ediante				2.100.210	2.000.201
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	397.407	397.407	397.407	397.407
Reservas de lucros	20.b	13.302	13.302	13.302	13.302
Prejuízo do período		(44.638)	-	(44.638)	-
		366.071	410.709	366.071	410.709
Participação de não controladores		_	_	232	1.626
Total do patrimônio líquido		366.071	410.709	366.303	412.335
rotal do patrinionio liquido		300.071	410.709	300.303	412.000
Total do passivo e patrimônio líquido		1.256.488	1.241.960	4.580.491	4.546.440

Demonstração do resultado Períodos de três meses findos em 31 de março 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Contro	oladora	Consolidado		
	Nota	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	
Receita de infraestrutura e operação e manutenção Remuneração do ativo de concessão		-	-	3.986 89.685	88.538 76.606	
Receita operacional liquida	21	-	-	93.671	165.144	
Custo de implementação de infraestrutura	22	-	-	(8.832)	(72.045)	
Custo de operação e manutenção	23	-	-	(3.967)	(4.362)	
Lucro bruto		-	-	80.872	88.737	
Despesas gerais e administrativas	24	(206)	(2.806)	(11.577)	(11.960)	
Resultado de equivalência patrimonial	12	(15.159)	18.993	-	-	
Outras receitas operacionais	25		9	484	1.244	
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro						
líquido		(15.365)	16.136	69.779	78.021	
Receitas financeiras	26	420	1.901	3.248	4.714	
Despesas financeiras	26	(29.693)	(23.892)	(116.453)	(95.450)	
Resultado financeiro líquido		(29.273)	(21.991)	(113.205)	(90.736)	
Prejuízo antes dos tributos		(44.638)	(5.855)	(43.426)	(12.715)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	-	-	(1.083)	(1.313)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	18		119	(1.523)	8.292	
Prejuízo do período		(44.638)	(5.736)	(46.032)	(5.736)	
Atribuível aos:						
Acionistas controladores				(44.638)	-	
Acionistas não controladores				`(1.394)́	-	

Demonstração do resultado abrangente Períodos de três meses findos em 31 de março 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Contro	Controladora		olidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo do período	(44.638)	(5.736)	(46.032)	(5.736)
Total de resultados abrangentes	(44.638)	(5.736)	(46.032)	(5.736)
Atribuível aos: Acionistas controladores Acionistas não controladores			(44.638) (1.394)	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Períodos de três meses findos em 31 de março 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	397.407	33.381	155.283	158.025	-	744.096	-	744.096
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.736)	(5.736)	-	(5.736)
Saldos em 31 de março de 2024	397.407	33.381	155.283	158.025	(5.736)	738.360	-	738.360
Saldos em 31 de dezembro de 2024	397.407	13.302	-	-	-	410.709	1.626	412.335
Prejuízo do período	-	-	-	-	(44.638)	(44.638)	(1.394)	(46.032)
Saldos em 31 de março de 2025	397.407	13.302	-	-	(44.638)	366.071	232	366.303

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos de três meses findos em 31 de março 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
-	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos	(44.638)	(5.855)	(43.426)	(12.715)
,	(111000)	(=====)	(10112)	()
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) nas atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	15.159	(18.933)	4.075	-
PIS e COFINS diferidos Provisão para contingências	-	-	1.075 925	11.717 4.315
Depreciação e amortização	-	69	3 23	4.313
Apropriação custo de captação de debêntures	191	-	1.920	1.699
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.764	20.565	78.561	69.409
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	24.903	19.896
Juros sobre mútuos de partes relacionadas	262	192	.	-
Provisão para onerosidade de contratos	-	-	(1.713)	-
Outros ajustes	(262)	(3.962)	536 62.781	94.390
Decréscimo (acréscimo) de ativos	(262)	(3.962)	62.781	94.390
Concessionárias e permissionárias	_	_	(988)	(1.343)
Ativo de concessão	_	_	(23.456)	(122.945)
Tributos e contribuições a compensar	(218)	(333)	(680)	(503)
Prêmio de seguro	` 6 1	27	1.612	1.313
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	43	(244)	(9.429)	(14.772)
Outros	(171)	<u> </u>	(353)	(35)
	(285)	(550)	(33.294)	(138.285)
Aumento (diminuição) nos passivos	24	(50)	0.640	(20.420)
Fornecedores Tributos e contribuições sociais	34 (627)	(53) (693)	8.610 994	(29.128) (11.451)
Encargos setoriais	(027)	(093)	703	464
Salários e encargos sociais	_	(755)	101	(1.616)
Partes relacionadas	-	-		-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(8)		(8)
Outras obrigações	477	1.756	5.264	1.873
_	(116)	247	15.672	(39.866)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(1.245)	(1.291)
ragamento de imposto de tenda e contribulção social	-	-	(1.245)	(1.291)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(663)	(4.265)	43.914	(85.052)
Atividades de investimentos				
Investimento em controladas	(28.702)	(41.761)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital Recebível da alienação de investimentos	(24.927)	(151) 1.924	-	1.924
Aquisição de ativo imobilizado	-	1.524	-	1.324
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(53.629)	(39.988)	-	1.924
	, ,	(/		
Atividades de financiamentos				
Caixa restrito	23.299	-	(66)	(995)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados líquidos do custo de emissão	40.304	-	40.304	43.503
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(20.128)	(13.230)
Captação de empréstimos com partes relacionadas		42.700	(62.688)	(52.141) 41.004
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	(10.239)	-1 2.700	-	-1.004
Passivo de arrendamentos	(.0.200)	(61)	-	(61)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	53.364	42.639	(42.578)	18.080
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(928)	(1.614)	1.336	(65.048)
		60 = 1=	/a ====	000 070
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.235 307	33.517 31.903	42.792 44.128	238.256 173.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	307	31.903	44.120	173.208

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Two Square Transmissions Participações S.A. ("Companhia" ou "TS Transmissions") anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Rua Olimpíadas, 205 – 4º andar, Edifício Continental Square no município de São Paulo. A acionista é a Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia.

As Companhias: Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), Olindina Participações S.A. ("Olindina"), Jaçanã Transmissão de Energia ("Jaçanã"), Serra Negra Transmissão de Energia S.A. ("Serra Negra"), Tangará Transmissão de Energia S.A. ("Tangará") e GBS Participações S.A (GBS) são controladas diretas da Two Square Transmissions Participações S.A.. Vale ressaltar que a Two Square Transmissions Participações S.A., controla indiretamente, as Companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), através de sua subsidiária GBS Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 11 de fevereiro de 2022, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da GBS Participações S.A., subsidiária integral da Two Square Transmissions Participações S.A. e a Companhia: São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), através de sua subsidiária Olindina Participações S.A., em razão de reorganização societária que ocorreu em 1º de Julho de 2023, que através de transferência de 100% das ações, ficaram sob o controle da Olindina Participações S.A., subsidiária integral da Two Square Transmissions Participações S.A.. Elas têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.2. Das concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

					o Tarifária iódica			al Permitida – AP	
Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês base	Ciclo RAP
Controladas direta									
Marituba	26/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	85.659	02/2018	2024-2025
Jaçanã	02/2022	30	31/03/2052	5	2027	IPCA	8.560	03/2022	2024-2025
Serra Negra	10/2022	30	30/09/2052	5	2027	IPCA	25.082	09/2022	2024-2025
Tangará	14/2022	30	30/09/2052	5	2027	IPCA	99.874	09/2022	2024-2025
Controladas indireta	as								
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	35.747	02/2018	2024-2025
Borborema - RBNI	15/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	12.561	02/2018	2024-2025
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	35.265	02/2018	2024-2025
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	43.719	02/2018	2024-2025
Solaris - RBNI	31/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	19.026	02/2018	2024-2025
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2029	IPCA	73.056	02/2018	2024-2025

Aspectos relacionados à construção da São Francisco

Em decorrência do período de pandemia do coronavírus, a São Francisco enviou uma carta de comunicação à ANEEL (029/2020), em 02 de abril de 2020, solicitando a postergação do prazo para entrada comercial do empreendimento para 31 de janeiro de 2024, tomando como base a Resolução Autorizativa 8.926 emitida pela ANEEL, em junho de 2020, a qual autoriza a postergação de prazos devido aos efeitos do COVID 19 em até 4 meses. No entanto, tal solicitação não foi aceita, uma vez que está abrangia apenas para atos de outorga que sejam posteriores a 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia pela OMS).

A São Francisco realizou o envio de diversas cartas para a ANEEL desde meados de 2020, sobre as dificuldades que vinha enfrentando para obter licenças de instalação da infraestrutura, uma vez que o empreendimento se encontra localizado em uma concentração de conjunto de comunidades quilombolas, o que demandou assim participação da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o processo de licenciamento ambiental. O processo de licenciamento prévio do empreendimento foi iniciado em meados de setembro de 2018, sendo protocolado perante o INEMA em 20 de dezembro de 2018. Contudo, a efetiva emissão da licença só foi realizada datada de 3 de setembro de 2019, editada a medida 870 de 1 de janeiro de 2019(MP 870/2019), e transferiu as competências da FCP para a Secretaria Especial de assuntos fundiários (SEAF/MAPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como foi alterada via instrumento temporário provisório com vigência de 60 dias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Dado o cenário de incerteza destacado acima, a avaliação dos documentos apresentados pela São Francisco foi paralisada. Apenas em 23 de setembro de 2020, o MAPA por meio do INCRA manifestou a liberação para emissão da licença de instalação, período este crítico da pandemia.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, a São Francisco contratou uma consultoria ambiental, com o intuito de tentar realizar contato com as comunidades localizadas nos municípios de Antônio Cardoso/BA e Feira de Santana/BA. No entanto, com o avanço da pandemia, houve dificuldades para realizar estas atividades presenciais, e dessa forma, nem o INCRA nem a consultoria obtiveram sucesso de contato com as comunidades nestas localidades.

Em 18 de agosto de 2021, foi instaurada uma Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público Federal, deferindo tutela de urgência para suspensão dos efeitos da licença de instalação que relaciona os trechos que passam pelos limites ocupados pelas comunidades quilombolas, até que fosse realizada consulta prévia, livre e informada às referidas comunidades, sendo esta decisão judicial vigente até o presente momento.

Em 31 de março de 2022, realizou-se uma reunião entre os representantes da São Francisco e da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME, indicando o INCRA para início de apresentação do Plano de trabalho para as referidas comunidades quilombolas. A ANEEL expediu ofício em 5 de maio de 2022 ao INCRA, ressaltando a relevância do empreendimento e solicitando providencias para viabilizar no menor prazo, as autorizações necessárias para dar andamento ao projeto. Em 23 de dezembro de 2022, foi emitida a 1ª retificação da licença de instalação 1363/2020, autorizando o acesso e realização das obras nos trechos abrangidos, permitindo acesso na totalidade da Linha de Transmissão.

Em 4 de março de 2024, a São Francisco impetrou Mandado de Segurança contra o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para referida licença.

Em 08 de março de 2024, a São Francisco obteve o termo de liberação de operação com pendências para o trecho RT 500 kv 150 Mvar Olindina 1 BA. Tais pendências foram analisadas pela ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico), e estas não são impeditivas para o início da operação comercial.

Em 23 de setembro de 2024, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA concedeu a São Francisco a Licença Operacional – LO № 1702/2024 referente ao empreendimento LT 500 KV PORTO DE SERGIPE - OLINDINA - SAPEAÇU C1 E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS, com validade de 10 anos, com renovação de acordo com o cumprimento exigido pelos órgãos competentes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A partir do dia 09 de outubro de 2024, a linha de transmissão de 500kV, que liga as subestações Porto Sergipe - Olindina C1 começou a ser energizada e entregue para operação comercial, conforme termos de liberação com pendências emitidos pelo ONS.O Termo de Liberação de instalação Definitiva está previsto para junho de 2025. Este trecho equivale à aproximadamente 88% da RAP prevista para o contrato de concessão.

O trecho em 230kV, entre as subestações de Morro do Chapéu II e Irecê, em circuito duplo, com extensão aproximada de 67 km tem previsão para entrada em operação comercial janeiro/2026. Com isso, a São Francisco ainda estima um gasto de R\$ 178.000 mil para finalização do empreendimento

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária.

Todas as informações relevantes, próprias das informações contábeis intermediária, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas na gestão das operações da Companhia. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2. Base de elaboração e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 2 de junho de 2025.

2.3. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 878.701 na controladora e R\$ 1.598.033 no consolidado (negativo em R\$ 818.936 na controladora e em R\$ 1.023.506 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

O capital circulante negativo apresentado na controladora e consolidado em 31 de março de 2025 é decorrente substancialmente da reclassificação para o passivo circulante dos montantes de R\$ 610.672 na controladora e R\$ 1.496.980 no consolidado correspondentes aos saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, anteriormente apresentados no passivo não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas "covenants, previstos em alguns instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas. Vide maiores informações na Nota 16,

A administração está em tratativas com as instituições financeiras e debenturistas para regularizar a situação, por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro) e recomposição da conta reserva. A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das referidas dívidas.

A Companhia também possui montantes de empréstimos e financiamentos junto aos bancos Modal e Santander, os quais estão vencidos. A administração vem negociando a postergação dos vencimentos das referidas dívidas com as instituições financeiras. Até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, este assunto ainda continua em negociação. Vide mais informações na Nota 16.

Adicionalmente, a controlada Marituba Transmissão de Energia S.A. estava adimplente com as cláusulas restritivas "covenants" previstas na escritura e/ou contratos dos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Contudo, a Administração prevê a necessidade de convocação da Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") para obtenção de waiver em função do não complemento da Conta Reserva Debenturistas exigido até o início de abril de 2025. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da "AGD" para solicitação de perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Além do comentário acima acerca dos covenants da Companhia e de suas controladas, a São Francisco ainda possui trecho pendente de conclusão para energização conforme descrito na Nota 1.2, para o qual há um orçamento estimado de aproximadamente R\$ 178.000. A administração está em discussão com instituições financeiras e possíveis investidores para obtenção de tais recursos.

Adicionalmente, ainda que a São Francisco obtenha o waiver para as suas dívidas, a São Francisco ainda precisará obter um aporte financeiro, no montante de R\$ 40.000, para honrar com suas obrigações de curto prazo.

A controlada Jaçaña ainda precisa de aproximadamente R\$ 67.000 para concluir o empreendimento, que em 31 de março de 2025 ainda apresenta apenas 26% de avanço físico. A previsão contratual para conclusão da obra era março de 2025, o que não ocorreu. De acordo com a evolução da obra, a Companhia prevê a conclusão para dezembro de 2025, o que resultará na possível aplicação da multa prevista contratualmente. Essa penalidade foi calculada proporcionalmente ao período de atraso e provisionada impactando os resultados financeiros do empreendimento (vide Nota 15 (ii). Adicionalmente, o orçamento para a conclusão dos empreendimentos das controladas Serra Negra e Tangará estão estimados em R\$ 247.000 e R\$ 981.000, respectivamente, sendo que a Companhia estima aportes de capital, nos montantes de R\$ 62.000 e R\$ 246.000, respectivamente, para cada controlada, os quais serão complementados por recursos a serem obtidos por meio de dívidas de longo prazo. Dessa forma, em função de tais necessidades, as controladas demandarão o suporte financeiro da Companhia, o que demandará mais recursos da Companhia.

Execução judicial

São Francisco

Em 1º de abril de 2025 foi determinado o bloqueio judicial das contas bancárias, tanto contas de livre movimentação quanto contas reserva, da Companhia, decorrente de um processo de execução de título extrajudicial impetrado por um de seus fornecedores devido ao atraso nos pagamentos acordados no memorando de entendimento firmado entre as partes em 01 de março de 2024. O bloqueio das contas atingiu o montante de R\$ 17.614, apesar de o valor solicitado pelo juiz ter sido de R\$ 20.312. Dado que o bloqueio atingiu também as contas reserva que estão em nome da Companhia, mas foram cedidas fiduciariamente aos Credores, conforme descrito na Nota 5, os credores entraram com embargos de terceiros solicitando o desbloqueio das contas que lhe pertencem. Até o fechamento destas informações contábeis intermediárias as contas permaneciam bloqueadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Jaçanã

A Jaçanã também possui ações judiciais promovidas por alguns fornecedores, cuja probabilidade de perda é provável, no montante de R\$ 29.624. Essas ações resultaram em bloqueio judicial das contas bancárias da Jaçanã. (vide Nota 29).

A Administração não tem conhecimento de outra incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente e análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração avaliou os julgamentos, estimativas e premissas e concluiu que não houve alterações em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os julgamentos, estimativas e premissas da Companhia foram preparadas de forma consistente com os mesmos julgamentos, estimativas e premissas contábeis descritos na Nota 2.4 divulgada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

3. Sumario das principais políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo os princípios, políticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, descritas na Nota 3 das referidas demonstrações e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários Aplicações financeiras	307	1.235	25.534 18.594	35.922 6.870
	307	1.235	44.128	42.792

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas a taxas que variam de 75% a 98% do CDI em 2025 e 2024. Em 2025 a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia foi de R\$401 (R\$3.144 em 31 de dezembro de 2024), e no consolidado R\$3.229 (R\$ 13.510 em 31 de dezembro de 2024).

Em 1º de abril de 2025 foi determinado o bloqueio judicial das contas bancárias, tanto contas de livre movimentação quanto contas reserva, da controlada São Francisco, decorrente de um processo de execução de título extrajudicial impetrado por um de seus fornecedores devido ao atraso nos pagamentos acordados no memorando de entendimento firmado entre as partes em 1º de março de 2024. O bloqueio das contas atingiu o montante de R\$ 17.614, apesar de o valor solicitado pelo juiz ter sido de R\$ 20.312. As contas permanecem bloqueadas até a emissão desta informações contábeis intermediárias.

5. Caixa restrito

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (caixa restrito)	-	23.299	119.379	119.313
		23.299	119.379	119.313
Circulante	-	_	25.916	-
Não circulante	-	23.299	93.463	119.313

A aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio de resultado. A aplicação financeira é do tipo CDB, entre 70% e 98% em 2025 e 2024. Estas aplicações refere-se a um fundo de liquidez de reserva constituído para fins de garantia de empréstimos bancários (vide Nota 16).

Em fevereiro de 2025 o saldo total da conta da Companhia foi liberado pelos credores da controlada Marituba, sendo destinado ao cumprimento das obrigações financeiras relacionadas à operação da Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Concessionárias e permissionárias

Concessionárias e permissionárias

Consolidado					
31/03/2025 31/12/2024					
31.777	30.789				
31.777	30.789				

Consolidado

O saldo é mantido pelas controladas indiretas (Borborema, Goyaz, Solaris e Marituba). As controladas da Companhia iniciaram os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022, Borborema: setembro de 2022 e Marituba: agosto de 2023.

As controladas da Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Tributos e contribuições a compensar

	Contro	nauora	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Tributos retidos sobre faturamento Imposto de renda sobre aplicações financeiras	3.684	- 3.420	185 7.826	177 7.065	
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1.021	1.047	
IR e CSLL retido na fonte	-	-	28	29	
IR e CSLL a compensar	2.943	2.969	2.943	2.969	
Outros	164	184	740	776	
	6.791	6.573	12.743	12.063	

Controladora

8. Adiantamento a fornecedores e funcionários

	Contro	Controladora		olidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários	789 2.834	789	1.128	1.131
Adiantamento a fornecedores (i)	2.834 3.623	2.877 3.666	111.526 112.654	102.094 103.225
Circulante Não circulante	789 2.834	789 2.877	1.128 111.526	1.131 102.094

⁽i) O saldo da controladora refere-se basicamente a adiantamentos com despesas administrativas e financeiras. O saldo do consolidado refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Ativo de concessão

	Consolidado		
	31/03/2025	31/12/2024	
Saldo inicial	4.218.023	4.089.900	
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	6.653	234.669	
Remuneração do ativo de concessão	94.638	352.093	
Revisão tarifária periódica	-	(7.660)	
(-) Perda na realização da RAP	(5.719)	(211.886)	
(-) Faturamento	<u>(72.116)</u>	(239.093)	
Saldo final	4.241.479	4.218.023	
Circulante	331.025	320.492	
Não circulante	3.910.454	3.897.531	

10. Valores a receber e resultado na alienação de investimento

	Contro	Controladora		lidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Valor a receber pela alienação de investimento	4.707	4.707	4.707	4.707
	4.707	4.707	4.707	4.707
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	4.707	4.707	4.707	4.707

O montante de R\$ 4.707 em 31 de março de 2025 (R\$4.707 em 31 de dezembro de 2024) corresponde ao valor em custódia de parte da transação de transferência de controle acionário e servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia as partes indenizadas pelas compradoras, referente ao deposito realizado pela V2i compradora da Vineyards Participações e SE Vineyards, que deve ser mantido por 60 meses a partir do mês de novembro de 2022.

Em 30 de janeiro de 2024, a compradora de Arcoverde, representada pela V2i e a vendedora TS Transmissions, realizaram o encerramento da conta vinculada e do consequente Contrato de Custódia de Recursos Financeiros, considerando que após efetuação das transferências dos valores finais as obrigações entre o comprador e vendedor foram consideradas concluídas e finalizadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os recursos da conta Escrow de Arcoverde foram liberados no valor de R\$ 1.924, e o saldo residual remanescente de R\$ 846 foi baixado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Partes relacionadas

	Contro	Controladora		lidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldos passivos Contas a pagar (a)	3.838	3.838	3.838	3.838
Adiantamentos (a)	23.757	23.757	23.757	23.757
Mútuos a pagar (b)	140.794	150.771	142.969	142.969
	168.389	178.366	170.564	170.564

a) Passivo - contas a pagar

		Controladora		Consolidado	
Credor	Companhia	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Sterlite Power Transmission Limited (i) Sterlite Grid 5 Limited (ii)	Índia Índia	3.838 23.757	3.838 23.757	3.838 23.757	3.838 23.757
Ctomic Cha C Limited (ii)		27.595	27.595	27.595	27.595

⁽i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem o saldo a pagar de R\$3.838 para a Sterlite Power Transmission Limited (Índia), relacionado ao reembolso de comissão garantia, sem incidência de encargos e data limite para pagamento.

b) Passivo – mútuos a pagar

Sterlite Power Transmission Limited (i)

Controladora

Total

Credor	Saldo em 31/12/2024	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/03/2025
GBS Participações (ii)	10.275	_	_	(10.239)	36
Jacanã Transmissão de Energia S.A. (iii)	105.337	-	262	(10.233)	105.599
Sterlite Power Transmission Limited (i)	35.159	-	-	-	35.159
Total	150.771	-	262	(10.239)	140.794
Credor	Saldo em 31/12/2023	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
GBS Participações (ii)	51.282	-	193	(41,200)	10.275
Jaçanã Transmissão de Energia S.A. (iii)	-	107.875	-	(2.538)	105.337

⁽i) Em 28 de setembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$35.065 da Sterlite Power Transmission Limited, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência, o qual foi formalizado, por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho de 2025.

107.875

193

(43.738)

35.159

35.159

86.441

⁽ii) Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu do acionista Sterlite Grid 5 Limited o montante de R\$ 23.757 relacionado a adiantamentos para prestação de serviços estratégicos a serem realizados futuramente, no âmbito do mercado brasileiro de transmissão de energia elétrica.

⁽ii) A Companhia possui operação a pagar junto à sua controlada GBS Participações S.A., referente a empréstimo tomado sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência, por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho de 2025.

⁽iii) A Companhia possui operação a pagar junto à sua controlada Jaçanã Transmissão de Energia S.A., referente a empréstimo tomado sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência, por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho de 2025.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado

Credor	Saldo em 31/12/2024	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/03/2025
Sterlite Power Transmission Limited (i)	107.810	-	-	-	107.810
Sterlite Power Transmission Limited (ii) Total	35.159 142.969	- -	-	- -	35.159 142.969
Credor	Saldo em 31/12/2023	Captações	Encargos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Sterlite Power Transmission Limited (i) Sterlite Power Transmission Limited (ii)	- 35.159	107.810	-	- -	107.810 35.159
Total	35.159	107.810	-	<u> </u>	142.969

- (i) Em 31 de janeiro de 2024, a controlada Jaçanã Transmissão de Energia S.A. recebeu o montante de R\$41.004 da Sterlite Power Transmission Limited, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Em 05 de fevereiro de 2024 foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico. Um novo empréstimo foi concedido no valor, de R\$ 29.975 na data de 29 de junho de 2024, pela SPTL com as mesmas características do anterior. Até 31 de dezembro 2024, a controlada Jaçanã tomou dois novos empréstimos um no montante de R\$ 30.454 em 28 de agosto de 2024 e outro de R\$ 6.051 em 26 de setembro de 2024, pela SPTL, com as mesmas características dos demais empréstimos tomados ao longo do ano de 2024.
- (ii) Em 28 de setembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$35.065 da Sterlite Power Transmission Limited, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência, o qual foi formalizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de junho 2025.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Investimentos

a) Saldos de balancetes das Companhia investidas pela Companhia:

Investidas	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Controladas diretas							
Olindina	31/03/2025	386.426.129	100	391.690	184.405	207.285	3.568
Marituba	31/03/2025	239.143.400	100	1.361.381	1.045.964	315.417	(4.402)
GBS	31/03/2025	502.222.000	100	1.362.630	656.718	705.912	(11.322)
Jaçanã	31/03/2025	5.401.000	67	149.862	148.774	1.088	(4.225)
Serra Negra	31/03/2025	1.805.000	100	2.565	519	2.046	(131)
Tangará	31/03/2025	3.041.000	100	4.617	1.199	3.418	(41)
Controladas indiretas							
Borborema	31/03/2025	187.232.351	100	682.485	300.607	381.878	3.896
Goyaz	31/03/2025	380.765.537	100	484.553	57.850	426.703	8.285
Solaris	31/03/2025	197.691.109	100	890.063	398.457	491.606	4.004
São Francisco	31/03/2025	533.429.000	100	1.034.479	643.975	390.504	10.541
		Qtde. de ações					
		ordinárias	Participação no capital			Patrimônio	Lucro líquido/
Investidas	Data-base	possuídas	integralizado (%)	Ativos	Passivos	líquido	(prejuízo)
Controladas diretas							
Olindina	31/12/2024	384.126.129	100	368.537	176.971	191.566	(222.551)
Marituba	31/12/2024	239.143.400	100	1.360.585	1.040.766	319.819	(19.598)
GBS	31/12/2024	475.820.000	100	1.332.418	656.429	675.989	7.857
Jaçanã	31/12/2024	3.669.000	67	149.176	143.908	5.268	(320)
Serra Negra	31/12/2024	1.805.000	100	2.538	494	2.044	9
Tangará	31/12/2024	3.041.000	100	4.556	1.152	3.404	(63)
Controladas indiretas							
Borborema	31/12/2024	187.232.351	100	681.044	303.262	377.782	17.867
Goyaz	31/12/2024	380.765.537	100	473.565	53.212	420.353	16.029
Solaris	31/12/2024	197.691.109	100	887.427	399.825	487.602	65.597
São Francisco	31/12/2024	531.129.000	100	1.019.544	651.265	368.279	(198.683)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Movimentação dos investimentos:

	Valor do Investimento em 31/12/2024	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Constituição de dividendos	AFAC	Valor do Investimento em 31/03/2025
Marituba	319.819	_	(4.402)	-	_	315.417
Jaçanã (*)	3.642	-	(2.831)	-	45	856
Serra Negra	2.044	-	(131)	-	133	2.046
Tangará	3.404	-	(41)	-	55	3.418
GBS Participações	675.989	26.402	(11.322)	-	14.843	705.912
Olindina	191.566	2.300	3.568	-	9.851	207.285
Total controladas	1.196.464	28.702	(15.159)	-	24.927	1.234.934
	Valor do Investimento em 31/12/2023	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Constituição de dividendos	AFAC	Valor do Investimento em 31/12/2024
Marituba	339.417	-	(19.598)	-	_	319.819
Jaçanã (*)	3.789	3.669	(214)	-	(3.602)	3.642
Serra Negra	1.924	1.805	` ý	-	(1.694)	2.044
Tangará	3.357	3.041	(63)	-	(2.931)	3.404
GBS Participações	659.797	-	7.857	(75)	`8.41Ó	675.989
Olindina	330.816	40.000	(222.551)	-	43.301	191.566

(234.560)

43.484

(75)

1.196.464

48.515

1.339.100

b) <u>Dividendos a receber</u>

Total controladas

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui um saldo de dividendos a receber de suas controladas no montante de R\$3.538 (R\$ 3.538 em 31 de dezembro de 2024).

^(*) Em 31 de janeiro de 2024 a Sterlite Power Transmission LTD se tornou acionista da Jaçanã Transmissão de Energia S.A., por meio de aporte de capital nessa data, no montante de R\$ 1.732, passando a ter participação acionária equivalente a 33%.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Fornecedores

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais e serviços (i)	1.379	1.344	172.408	163.241
Relacionados a implementação da infraestrutura (iv)	-	-	43.803	44.361
Retenções contratuais (iii)	-	-	2.302	2.300
Materiais e serviços não faturados (ii)	931	932	931	932
	2.310	2.276	219.444	210.834
Circulante	2.310	2.276	110.848	105.834
Não circulante	-	=	108.596	105.000

- (i) O saldo na rubrica de fornecedores na controladora refere-se basicamente a fianças bancárias. No consolidado, refere-se a custos finais dos projetos e gastos de desmobilização de obras.
- (ii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.
- (iii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.
- (iv) A controlada Marituba Transmissão de Energia S.A. possui 90% do seu saldo de fornecedores referentes acordo com o seu EPCista, após conclusão do procedimento arbitral.

<u>Marituba</u>

Em 9 de outubro de 2024, a Marituba firmou um acordo com o fornecedor Cobra Brasil Serviços e Comunicações, responsável pela construção da linha de transmissão, com o objetivo de resolver de forma definitiva todas as reivindicações relacionadas ao Contrato EPC e, assim, encerrar a arbitragem. As partes concordaram que a Marituba pagará à Cobra o montante total de R\$ 142.539. O pagamento será realizado em seis parcelas anuais, sempre no mês de dezembro, com exceção da primeira parcela, que foi paga em novembro de 2024, no valor de R\$ 22.539. A segunda parcela, no valor de R\$ 15.000, será paga em dezembro de 2025. O saldo remanescente de R\$ 105.000, classificado como não circulante, será pago em parcelas anuais da seguinte forma: R\$ 20.000, R\$ 25.000, R\$ 25.000 e R\$ 35.000, todas ajustadas pelo IPCA.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Provisão para onerosidade de contratos

	Consolidado			
	31/03/2025	31/12/2024		
Saldo inicial	48.220	-		
(Reversão)/provisão para onerosidade de contratos	(310)	48.220		
Compensação sobre receitas de margem do período	(1.403)	-		
	46.507	48.220		

Durante o exercício de 2024, a São Francisco realizou uma avaliação da viabilidade econômica do projeto da Companhia e identificou a necessidade de reconhecimento de uma provisão para contratos onerosos, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao IAS 37).

Essa necessidade decorreu do aumento significativo dos custos de construção, impulsionado por diversas dificuldades no aumento dos preços dos insumos, mão de obra, restrições para obtenção de licenças, entre outras, sem a correspondente revisão ou reajuste das receitas contratuais previamente estabelecidas. Como resultado, a São Francisco projeta que os custos totais para a conclusão do projeto excederão os benefícios econômicos esperados, caracterizando a onerosidade do contrato. Diante desse cenário, a São Francisco reconheceu uma provisão, correspondente à melhor estimativa da perda esperada ao longo da execução do projeto. Essa provisão será revisada periodicamente e ajustada conforme necessário, considerando eventuais mudanças nas premissas econômicas, negociações contratuais ou adoção de medidas de mitigação. Essa provisão está registrada em conformidade com as práticas contábeis adotadas pela São Francisco.

15. Outros passivos

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Seguros (i)	-	-	5.004	5.004
Provisão de penalidades regulatórias (ii)	-	-	4.904	-
Outros	2.919	2.442	3.423	2.738
	2.919	2.442	13.331	7.742
Circulante	2.919	2.442	8.427	7.742
Não circulante	-	-	4.904	-

⁽i) Durante o segundo e terceiro trimestre, a controlada Goyaz recebeu de sua seguradora valores relativos à ressarcimento de seguros que serão repassados para alguns fornecedores da Goyaz.

⁽ii) De acordo com o contrato de concessão 02/2022 da controlada Jaçanã firmado com a ANEEL, a construção da linha de transmissão estava prevista para conclusão em março de 2025, o que não ocorreu. De acordo com a evolução da obra a Companhia prevê a conclusão para dezembro de 2025, o que resultará na possível aplicação da multa prevista contratualmente. Essa penalidade foi calculada proporcionalmente ao período de atraso e provisionada impactando os resultados financeiros do empreendimento.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

				Controladora		Consolidado		
Instituições financeiras	Companhia	Encargos	Data final	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	
Banco BASA - CCB	Marituba	IPCA + 3,73%	15/06/2044	_	_	525.822	526.140	
Total Banco BASA	Wallada	11 671 1 6,7676	10/00/2011	-	-	525.822	526.140	
Banco Itaú - CCB	Two Square	CDI+ 3,2000%	22/12/2027	13.537	_	13.537	_	
Total Banco Itaú				13.537	-	13.537	-	
Banco Sumitomo - CCB	Two Square	CDI+ 3,2000%	22/12/2027	27.179	-	27.179	-	
Total Banco Sumitomo				27.179	-	27.179	-	
Banco do Brasil	São Francisco	IPCA + 3,0747%	01/09/2042	-	-	130.699	135.491	
Banco do Brasil	São Francisco	IPCA + 4,5216%	01/09/2042	-	-	17.168	17.958	
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	15.800	16.448	
Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041		-	37.415	39.112	
Total Banco do Brasil				-	-	201.082	209.009	
Banco Modal - CCB (Ponte)	Two Square	CDI + 5%	(*)	53.970	50.260	53.970	50.260	
Total Banco Modal				53.970	50.260	53.970	50.260	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	São Francisco	IPCA + 1,5380%	15/02/2045	-	-	289.403	289.321	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1.7577%	15/02/2045	-	-	84.123	84.058	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2.1482%	15/02/2045	-	-	61.865	61.673	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	109.370	110.086	
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	16.862	16.973	
Total BNB				-	-	561.623	562.111	
Banco Santander - CCB	Two Square	CDI + 4,97%	02/10/2024 (*)	61.005	58.546	61.005	58.546	
Total outros bancos				61.005	58.546	61.005	58.546	
Debêntures	Two Square	CDI + 4,0%	22/12/2027	547.449	525.075	547.449	525.075	
Debêntures	Olindina	IPCA + 8,1349	15/01/2046	-	-	180.782	173.928	
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2044	-	-	646.500	647.710	
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	62.149	62.387	
Debêntures	Marituba	IPCA + 7,24%	15/06/2044	-	-	186.620	187.354	
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045		-	178.452	180.778	
Total debêntures				547.449	525.075	1.801.952	1.777.232	
Total				703.140	633.881	3.246.170	3.183.298	
Circulante				703.140	633.881	1.651.554	1.045.310	
Não circulante				-	-	1.594.616	2.137.988	

^(*) A Companhia está em negociação com o banco para a rolagem do vencimento dessa dívida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

					Controladora			
Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2024	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/03/2025
Debêntures	Two Square	525.075	-	22.374	-	_	-	547.449
Sumitomo – CCB	Two Square	-	26.907	272	-	-	-	27.179
Itaú - CCB	Two Square	-	13.397	140	-	-	-	13.537
Banco Santander - CCB	Two Square	58.546	-	2.459	-	-	-	61.005
Banco Modal - CCB	Two Square	50.260	-	3.519	-	191	-	53.970
Total		633.881	40.304	28.764	-	191	-	703.140
					Controladora			
Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Captações e adições	Juros	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de captação	Amortização do principal	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	Two Square	450.980	_	73.904	_	191	_	525.075
Banco Santander - CCB	Two Square	49.612	- -	8.934	_	191	_	58.546
Banco Modal - CCB	Two Square	41.626	-	8.634	-	-	-	50.260
Total		542.218	-	91.472	-	191	-	633.881

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Consolidado								
Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2024	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Amortização do principal	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Saldo em 31/03/2025
Debêntures	Two Square	525.075	_	22.374	_	_		-	_	547.449
Sumitomo – CCB	Two Square	-	26.907	272	-	-		-	-	27.179
Itaú - CCB	Two Square	-	13.397	140	-	-		-	-	13.537
Banco Santander - CCB	Two Square	58.546	-	2.459	-	-		-	-	61.005
Banco Modal - CCB	Two Square	50.260	-	3.519	-	-		-	191	53.970
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	110.086	-	1.959	-	(1.498)	(1.180)	-	3	109.370
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	16.973	-	313	-	(242)	(182)	-	-	16.862
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	16.448	-	347	-	(548)	(474)	-	27	15.800
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	39.112	-	921	-	(1.496)	(1.122)	-	-	37.415
Debêntures	Borborema	62.387	-	918	1.234	(1.911)	(489)	-	10	62.149
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	84.058	-	1.554	-	(1.198)	(291)	-	-	84.123
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	61.673	-	1.190	-	(928)	(78)	-	8	61.865
Debêntures	Solaris	180.778	-	2.732	3.481	(5.693)	(2.846)	-	-	178.452
Debêntures	GBS	647.710	-	11.921	13.151	(23.632)	(4.323)	-	1.673	646.500
Banco do Brasil – FDNE (Prioritário)	São Francisco	135.491	-	4.000	-	(4.625)	(4.167)	-	-	130.699
Banco do Brasil – FDNE (Não prioritário)	São Francisco	17.958	-	459	-	(788)	(461)	-	-	17.168
BNB (novo)	São Francisco	289.321	-	4.878	-	(3.745)	(1.051)	-	-	289.403
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	526.140	-	11.778	-	(9.556)	(2.548)	-	8	525.822
Debêntures	Marituba	187.354	-	3.406	3.604	(6.828)	(916)	-	-	186.620
Debêntures	Olindina	173.928	-	3.421	3.433					180.782
Total		3.183.298	40.304	78.561	24.903	(62.688)	(20.128)	-	1.920	3.246.170

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		Consolidado								
Instituições financeiras	Empresa	Saldo em 31/12/2023	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento de juros	Amortização do principal	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	Two Square	450.980	-	73.904	_	_	_	_	191	525.075
Banco Santander - CCB	Two Square	49.612	_	8.934	_	_	_	_	-	58.546
Banco Modal - CCB	Two Square	41.626	-	8.634	-	-	-	-	-	50.260
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	114.154	-	6.650	-	(6.606)	(4.131)	-	19	110.086
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	17.604	-	1.072	-	(1.066)	(637)	-	-	16.973
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	17.336	-	1.151	-	(1.091)	(948)	-	-	16.448
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	41.216	-	3.125	-	(2.985)	(2.244)	-	-	39.112
Debêntures	Borborema	59.739	-	3.735	2.926	(3.609)	` (487)	-	83	62.387
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	85.193	-	5.214	-	(5.502)	(847)	-	-	84.058
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	62.130	-	4.010	-	(4.240)	(227)	-	-	61.673
Debêntures	Solaris	177.904	-	11.223	8.392	(11.072)	(5.689)	-	20	180.778
Debêntures	GBS	622.369	-	47.235	31.149	(46.437)	(9.954)	-	3.348	647.710
Banco do Brasil – FDNE (Prioritário)	São Francisco	80.581	51.783	6.597	-	` -		(3.470)	-	135.491
Banco do Brasil – FDNE (Não prioritário)	São Francisco	16.369	-	1.589	-	-	-	-	-	17.958
BNB (novo)	São Francisco	245.533	43.503	16.915	-	(12.715)	(3.915)	-	-	289.321
Banco do Brasil – CCB	São Francisco	49.969	-	6.608	-	(10.062)	(50.000)	-	3.485	-
BASA - Banco da Amazônia, prioritário	Marituba	535.089	-	41.779	-	(41.365)	(9.387)	-	24	526.140
Debêntures	Marituba	173.189	-	12.904	8.477	(6.319)	` (897)	-	-	187.354
Debêntures	Olindina	153.272	-	13.264	7.392		-	-	-	173.928
Total		2.993.865	95.286	274.543	58.336	(153.069)	(89.363)	(3.470)	7.170	3.183.298

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

TS Transmissions

Banco Santander CCB – A Companhia, em dezembro de 2022, firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$49.000 com o Banco Santander, desembolsado integralmente em dezembro de 2022, remunerado pela taxa CDI + 4,97%, com vencimento original em 01 de dezembro de 2023. A Companhia, em 30 de novembro de 2023, aditou a CCB tendo o seu vencimento do principal prorrogado para o dia 02 de abril de 2024, com uma taxa de CDI + 4,93%. Em 2 de abril de 2024 a Companhia realizou um novo aditamento de contrato, com novo vencimento para 2 de outubro de 2024, com taxa CDI + 4,95%. Em 05 de dezembro de 2024 a companhia realizou um novo aditamento, postergando o vencimento da CCB para 31 de janeiro de 2025. A Companhia está em negociação com o credor para que a dívida seja prorrogada.

Debêntures – A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, no montante total de R\$400.000 em dezembro de 2022, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado e pagamento dos juros remuneratórios no vencimento, em dezembro de 2027, remunerada pela taxa CDI + 4,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2024, a São Francisco, não cumpriu com determinadas cláusulas previstas no contrato de financiamento do Banco do Brasil - FDNE, detalhado nos parágrafos seguintes. Adicionalmente a Companhia incorreu em inadimplemento nos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) firmados com o Banco Santander e o Banco Modal, o que também resultou em quebra de covenants. Diante desses eventos, e conforme previsto na escritura de emissão das debêntures, a Companhia passou a estar sujeita à possibilidade de vencimento antecipado da dívida. Em razão disso, o saldo total da emissão foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante.

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia assinou um contrato de empréstimo CCB com o Banco Modal, no montante de R\$40.000, desembolsados no mesmo dia, com vencimento para o dia 29 de maio de 2024, com taxa de CDI + 5% a.a, onde este encontra-se em tratativas para aditamento do contrato. Em 30 de dezembro de 2024 a Companhia realizou um novo aditamento, postergando o vencimento da CCB para 30 de janeiro de 2025. A Companhia está em negociação com o credor para que a dívida seja prorrogada.

Banco Sumitomo CCB - A Companhia em 7 de março de 2025 emitiu a CCB junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A ("Sumitomo") no valor de R\$ 26.907, desembolsado na mesma data, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 3,20 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 3,20% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. A data de pagamento do principal e dos juros é 22 de dezembro de 2027. Em 31 de março de 2025 a Companhia procedeu à reclassificação do saldo total da dívida, originalmente classificada no passivo não circulante, para o passivo circulante, conforme cláusula 7 item (k), acerca do inadimplemento das CCBs Banco Santander e Banco Modal, vencida em 31 de janeiro de 2025. De acordo com os termos do contrato do referido empréstimo, o descumprimento de obrigações financeiras, ainda que relacionadas a outros contratos de dívida, configura quebra de covenants, que possibilita ao credor requerer a antecipação do vencimento da dívida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Banco Itaú CCB – A Companhia em 5 de março de 2025, emitiu junto ao Banco Itaú S/A. ("Itaú") a CCB no valor de R\$ 13.653, desembolsada em 07 de março de 2025, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 3,20 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 3,20% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. A data de pagamento do principal e dos juros é 22 de dezembro de 2027. Em 31 de março de 2025 a Companhia procedeu à reclassificação do saldo total da dívida, originalmente classificada no passivo não circulante, para o passivo circulante, conforme parágrafo 10º item (k), acerca do inadimplemento das CCBs Banco Santander e Banco Modal, vencida em 31 de janeiro de 2025. De acordo com os termos do contrato do referido empréstimo, o descumprimento de obrigações financeiras, ainda que relacionadas a outros contratos de dívida, configura quebra de covenants, que possibilita ao credor requerer a antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia segue monitorando seus indicadores financeiros e compromissos contratuais para minimizar riscos e manter a adequação de sua estrutura de capital.

Borborema

A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045.

A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrem trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até 31 de dezembro de 2024, a Borborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias. Não houve outros recebimentos no primeiro trimestre de 2025.

A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041.

Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139,000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Borborema ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida (veja Nota 6). Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. e a GBS Participações S.A. alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores.

A Borborema excedeu o limite de gastos de manutenção previstos na cláusula 7.1.1 itens (liv) e (lv) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está incluída na seção de obrigações adicionais da emissora e, consequentemente, que pode implicar na decretação de vencimento antecipado. Entretanto o não cumprimento de tais cláusulas não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em Assembleia Geral dos Debenturistas para ser declarado o vencimento antecipado.

A administração está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para regularizar a situação, por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro). Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a administração da Borborema reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante.

Adicionalmente, de acordo com o item (xxv) da cláusula 10ª do contrato de financiamento da Borborema com o Banco do Brasil – FDNE, caso haja inadimplemento pecuniário ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras superiores a R\$10.000 da Two Square Transmissions Participações S.A., haveria também o vencimento antecipado do contrato da Borborema.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a São Francisco Transmissão de Energia S.A. não cumpriu com determinadas cláusulas restritivas do contrato de financiamento que possui com o Banco do Brasil — FDNE. Ocorre que a Two Square também figura como garantidora do contrato de São Francisco e, caso, de forma acumulativa, a São Francisco não obtenha o perdão temporário (waiver) do Banco do Brasil e a Two Square não aporte capital para pagamento da dívida vencida, geraria um potencial risco de declaração de vencimento antecipado da dívida da Borborema com o referido credor. Como consequência, haveria a possibilidade também da declaração de vencimento antecipado das debêntures. Desta forma, a Administração da Borborema reclassificou o montante total do referido financiamento para o passivo circulante.

Com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado anualmente e que deve ser de no mínimo 1,20. Este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2024.

<u>Solaris</u>

A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045. Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida.

Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB ("Financiamento BNB"). Em maio de 2022, a Solaris recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias.

Em abril de 2023, a Solaris recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos passaram a ser mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

fundo de liquidez de reserva, que é o equivalente a 2,1% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 5).

Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata *temporis*, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Solaris cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmissions, anteriormente conhecida como Sterlite Brazil Participações S.A e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores.

A Solaris excedeu o limite de gastos de manutenção previstos na cláusula 7.1.1 itens (liv) e (lv) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está incluída na seção de obrigações adicionais da emissora e, consequentemente, que pode implicar na decretação de vencimento antecipado. Entretanto o não cumprimento de tais cláusulas não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em Assembleia Geral dos Debenturistas para ser declarado o vencimento antecipado.

A administração está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para regularizar a situação, por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro). Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Solaris reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante.

Com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado anualmente e que deve ser de no mínimo 1,20. Este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2024.

GBS Participações

A GBS realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731 % a.a.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em março de 2022 a GBS assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures ("Fianças Bancárias"). Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. Em agosto de 2024 a Companhia assinou o primeiro aditamento ao CPG, postergando por mais dois anos as Fianças Bancárias. Em setembro de 2024 a GBS assinou o segundo aditamento ao CPG alterando o custo de 2,50% ao ano para 1,75% ao ano. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia. Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva (veja Nota 5).

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmissions alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores. Como garantia da emissão das debêntures, foi constituída uma Conta Reserva correspondente a 3 (três) parcelas vincendas semestrais, com vencimento no dia 28 de fevereiro de cada ano. Destas, uma parcela permanecerá depositada durante todo o prazo da dívida, uma segunda parcela será utilizada para o pagamento da parcela de março do mesmo ano, e a terceira parcela será destinada ao pagamento da parcela de setembro do referido ano.

Conforme destacado acima, as controladas Borborema e Solaris estão inadimplentes com determinadas cláusulas contratuais de seus respectivos instrumentos de dívidas, que podem resultar na declaração de vencimento destas dívidas pelos seus credores. Como consequência, a escritura das debêntures da GBS prevê a declaração de vencimento antecipado das dívidas de suas controladas pode ensejar no direito dos debenturistas da Companhia declararem o vencimento antecipado de tais debêntures. Este fato, caso ocorra, levaria as dívidas da GBS exigíveis em custo prazo, onde este fato, geraria incerteza relevante sobre a continuidade operacional da GBS.

Com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) calculado anualmente e que deve ser de no mínimo 1,20. Este índice foi atingido em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de março de 2025, a administração concluiu que inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

<u>Marituba</u>

A Marituba realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em agosto de 2022, composto de principal e juros, e contando com garantia real e garantia fidejussória adicional ("Emissão de Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

com vencimento em julho de 2024 e a última em julho de 2044, remunerada pela taxa de IPCA + 7,24% a.a.

Como garantia da Emissão de Debêntures, foi constituída uma conta reserva correspondente ao valor de uma parcela semestral, mantida até o vencimento final da dívida, e uma conta pagamento constituída mensalmente 1/6 do valor de uma parcela semestral que é utilizada para pagamento semestral da dívida.

A Marituba também firmou, em dezembro de 2021, um contrato de financiamento com o BASA - Banco da Amazônia, na modalidade do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, no valor de R\$536.403 ("Financiamento BASA"). Sobre estes valores, incidirão juros remuneratórios de 3,7086%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Durante o período de carência, os encargos financeiros foram exigíveis mensalmente, todo dia 15 de cada mês. A partir de 15 de agosto de 2023, os encargos financeiros passaram a ser exigíveis integralmente juntamente com as parcelas de principal, mensalmente, até o vencimento da dívida em novembro de 2045.

Como garantia dos empréstimos, foi constituído ao BASA um fundo de reserva na qual deverá ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo (Saldo Mínimo), a soma de 6 (seis) parcelas vincendas de amortização de principal e encargos do serviço da dívida, cujo preenchimento deverá ser iniciado 6 (seis) meses antes da primeira amortização de principal, 1/6 (um sexto) a cada mês, de modo que esteja formada integralmente, antes da primeira amortização. A partir da formação, o valor do Saldo Mínimo deverá ser equivalente a 6 (seis) vezes a média das 3 (três) últimas parcelas pagas, devendo ser mantida até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do financiamento (Vide Nota 5). Também em garantia ao Financiamento BASA, foi constituído uma Conta Reserva de Pagamento onde é retido o valor equivalente à Parcela Vincenda mensal.

Em agosto de 2022 a Marituba firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), com os bancos fiadores Itaú Unibanco e Santander. Foram emitidas em favor dos debenturistas, cartas de fiança bancária no valor de R\$ 150.000 milhões, referente às Debêntures com validade até julho de 2026. Em favor do BASA, foram emitidas cartas no valor de R\$ 536.403 milhões, referente ao financiamento do BASA-FNO. Os pagamentos das comissões de fiança serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO. A comissão de fiança será de 1,95% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico financeira do projeto, e de 1,35%, após. Em 18 de julho de 2024 as partes renovaram o CPG por mais 24 meses.

Para garantir o fiel cumprimento das obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do Financiamento BASA-FNO, a Marituba cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 15 do leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. penhorou as ações da Marituba aos credores.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xvii) da Escritura de Emissão das Debêntures, a qual está entre as disposições que tratam do vencimento não automático da dívida. Contudo, a mesma cláusula prevê que há uma exceção, quando o ICSD apurado for igual ou superior a 1,10 e inferior a 1,30, a Companhia ou sua controladora Two Square Transmissions Participações S.A. (anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A.) poderão complementar o ICSD por meio de depósito na Conta Reserva Debenturistas até 5 dias contados da data da apuração do ICSD, o qual deveria ser realizado até abril de 2025.

Desta forma, como a obrigação de realizar tal depósito se dá apenas em abril de 2025, em 31 de março de 2025, a Marituba estava adimplente das obrigações previstas na respectiva escritura. Contudo, a administração da Marituba optou por não realizar tal depósito e solicitará a convocação de uma AGD para obter waiver sobre o tema. A administração da Marituba, por intermédio do Agente Fiduciário está em processo de convocação de uma Assembleia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima.

São Francisco

A São Francisco realizou, em setembro de 2022, a emissão de notas promissórias comerciais, em série única. ("NPs"), com garantia real e garantia fidejussória adicional, na forma de Aval. Sobre o valor nominal unitário das NPs incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over, acrescida de 4% ao ano, base 252 dias úteis. A São Francisco realizou o pagamento integral das NPs em 14 de setembro de 2023, com aportes de capital recebidos de sua controladora, à época, Two Square Transmissions Participações S.A.

A São Francisco emitiu a CCB nº 250017880 junto ao Banco Alfa de Investimento S.A. ("Alfa") no valor de R\$ 50.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,697 % a.a. A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré de 2,697% a.a. considera os dias corridos em uma base anual de 360 dias. Em maio e agosto de 2023, a São Francisco aditou a CCB tendo seu vencimento prorrogado para o dia 06 de outubro de 2023, elevando a taxa pré-fixada para 2,7% a.a. A operação contou com aval da Two Square Transmissions Participações S.A. como avalista ("CCB Alfa"). A São Francisco realizou o pagamento integral da dívida em 06 de outubro de 2023 com aportes de capital recebidos de sua atual controladora, Olindina Participações S.A.

A São Francisco emitiu a CCB nº 191.101.391 junto ao Banco do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BB") no valor de R\$ 50.000 em 26 de maio de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 2,85 % a.a. A data de pagamento do principal e dos juros é 24 de maio de 2024, correspondente à data de vencimento original do contrato, sendo que esta foi aditada para 25 de novembro de 2024 e posteriormente para 23 de fevereiro de 2025. Em 17 de julho de 2023 o Empréstimo-Ponte BB foi desembolsado. A operação é garantida pelo aval da Two Square Transmissions Participações S.A. No dia 30 de dezembro de 2024 a São Francisco liquidou a operação.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A São Francisco emitiu o Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular nº 44.2023.194.21455 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Empréstimo-Ponte BNB") no valor de R\$ 150.000 em 10 de março de 2023, cuja taxa de juros é composta pela variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias DI over + 0,25% a.m. (equivalente a CDI + 3,0416% a.a.). A variação do CDI considera os dias úteis em uma base anual de 252 dias, enquanto a taxa pré-fixada de 0,25% a.m. considera os dias corridos em uma base mensal de 30 dias. Os juros são exigidos mensalmente desde a partir de abril de 2023. O Empréstimo-Ponte BNB foi totalmente liquidado no dia 25 de outubro de 2023 com os recursos do primeiro desembolso do Financiamento BNB- FNE.

A São Francisco emitiu o Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 44.2019.890.20153 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Financiamento BNB- FNE") no valor de R\$ 290.022 em 13 de março de 2020, cujas taxas de juros são 1,4805% a.a. para municípios prioritários (R\$ 269.718) e 1,8095% a.a. para municípios não prioritários (R\$ 20.304), corrigidas pelo IPCA, de acordo com as regras da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais ("TFC"). O pagamento de principal e juros ocorrerá mensalmente a partir do dia 14 de abril de 2024 até o vencimento do contrato, em 15 de março de 2044. No dia 25 de outubro de 2023 o BNB desembolsou R\$ 246.519, sendo R\$ 229.261 para municípios prioritários e R\$ 17.258 para municípios não prioritários. Como garantia, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva de R\$6.755. Em 28 de março de 2024 o BNB desembolsou R\$ 43.503, sendo R\$ 40.458 para municípios prioritários e R\$ 3.045 para municípios não-prioritários, as condições contratuais dessa liberação adicional segue as condições do contrato original.

Em setembro de 2023 a São Francisco, juntamente com sua controladora, Olindina Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023 foram emitidas cartas de fiança, em benefício do BNB, no valor de R\$290.022 a fim de garantir Financiamento BNB-FNE. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do Projeto.

Em janeiro de 2023 a São Francisco firmou o Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 20/00900-3 junto ao Banco do Brasil, como banco repassador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste ("Financiamento BB- FDNE"), nos termos da Resolução SUDENE nº 768, de 28 de dezembro de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2022. O valor do crédito é de R\$ 150.000, sendo R\$ 133.418 direcionados a municípios prioritários e R\$ 16.582 a municípios não prioritários. Os pagamentos de principal e juros ocorrerão semestralmente, com carência até março de 2025 e vencimento em setembro de 2042. A taxa de juros para municípios prioritários é de 3,0747% e para municípios não prioritários é de 4,5216%, corrigidas pelo IPCA. Em dezembro de 2023 foram desembolsados R\$ 98.217, sendo R\$ 81.635 direcionados a municípios prioritários e R\$ 16.582 a não prioritários. No dia 30 de dezembro de 2024 a São Francisco desembolsou R\$ 51.783 direcionados a municípios

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

prioritários; esses recursos foram parcialmente utilizados para quitação do Empréstimo-Ponte BB.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes do Financiamento BB-FDNE e do CPG, a São Francisco cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Two Square Transmissions Participações S.A. e a Olindina Participações alienaram fiduciariamente as ações da São Francisco aos Credores.

Como garantia dos empréstimos e financiamentos, foi constituído ao BNB um fundo de liquidez de reserva prévia e que é o equivalente a 2,74% do valor efetivamente desembolsado, mantido até o vencimento final do financiamento (veja Nota 5).

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela São Francisco exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas. A Administração monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante, contudo a São Francisco não conseguiu atender os requisitos estabelecidos o que resultou em quebra de covenants.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a São Francisco não cumpriu com a constituição da conta reserva, no montante previsto na Cláusula 6ª do contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil. Como consequência, a São Francisco ficou inadimplente com a cláusula contratual 3.3.1 estabelecida na Cessão Fiduciária relacionada ao contrato de financiamento com o Banco do Brasil - FDNE relacionada à composição da conta garantia, que de acordo com o entendimento da metodologia de cálculo da São Francisco, deveria ser composta por 1/6 (um sexto) da parcela vincenda por mês, iniciando em até 7 (sete) meses anteriores ao início do período de amortização e manter depositados até o final deste contrato, o qual deveria ser R\$ 11.137. Contudo, em 31 de março de 2025 o saldo desta conta reserva é de R\$ 10.557.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a São Francisco não cumpriu atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a item xxvii da Cláusula 10^a deste mesmo contrato firmado com o Banco do Brasil.

Em relação ao contrato firmado com o BNB, houve descumprimento da cláusula 28, item (c), em decorrência de protestos de fornecedores com valores superiores a R\$ 5.000, conforme descrito na Nota 25. Tais descumprimentos podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações contratuais.

Dessa forma, em 31 de março de 2025, a São Francisco estava inadimplente das obrigações previstas nos respectivos contratos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A administração está em tratativas com a instituição financeira para regularizar a situação, por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro) e recomposição da conta reserva. Em função do não cumprimento das cláusulas citadas acima, a Administração da São Francisco reclassificou o montante total do referido financiamento para o passivo circulante.

Olindina

A Companhia realizou a primeira emissão de 149.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000,00, em setembro de 2023 ("Debêntures"). O valor nominal unitário atualizado será amortizado em 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo o vencimento da parcela em julho de 2025 e o vencimento em janeiro de 2046, remunerada à taxa de IPCA + 8,1349 % a.a.

Em setembro de 2023 a Companhia, juntamente com sua controladora, Two Square Transmissions Participações S.A., assinou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiadores, de participação igualitária, os bancos: Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Bradesco S.A. Em outubro de 2023 foram emitidas cartas de fiança, em benefício dos debenturistas, no valor de R\$149.400 a fim de garantir as Debêntures. Os pagamentos das comissões de fiança ocorrerão ao final de cada trimestre com base no saldo atualizado do Financiamento BNB-FNE à taxa de 2,20% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão físico-financeira do Projeto.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes das Debêntures e do CPG, a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 07 do Leilão ANEEL nº 002/2018, bem como dos dividendos de sua investida São Francisco. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a TS Transmissions alienou fiduciariamente as ações da São Francisco da Olindina Credores.

As debêntures obtidas pela Olindina exigem o cumprimento de cláusulas restritivas, os chamados covenants. A Administração monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante. Contudo, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a sua controlada não cumpriu com determinadas cláusulas previstas no contrato de financiamento do Banco do Brasil, conforme detalhado nos próximos parágrafos., o que resultou na necessidade de reclassificação para o passivo circulante do valor total das debêntures. Diante do fato, Two Square Tranmissions Participações S.A. em consonância com as disposições da sua Escritura de Emissão de Debêntures, que determina que qualquer evento de vencimento antecipado de outras dívidas, da Companhia ou da sua controlada, enseja no vencimento antecipado das debêntures, reclassificou o valor total das suas debêntures no passivo circulante.

A administração está em tratativas com a instituição financeira para regularizar a situação, por meio de negociação de waiver (dispensa do covenant financeiro) e recomposição da conta reserva. Em função do não cumprimento das cláusulas citadas acima, a Administração da Controlada reclassificou o montante total do referido financiamento para o passivo circulante.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os vencimentos das parcelas estão distribuídos a seguir:

	Consoli	dado
	31/03/2025	31/12/2024
2026	24.042	45.542
2027	41.106	54.092
2028	45.546	58.289
2029	54.227	65.219
2030	52.869	70.157
2031	62.603	73.031
Após 2032	1.314.223	1.771.658
Total das obrigações	1.594.616	2.137.988

17. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
DIO 0051110				
PIS e COFINS	41	34	2.800	2.612
IRPJ	5.553	6.026	5.553	6.026
CSLL	2.008	2.179	2.008	2.179
ISS	-	-	1.258	486
INSS terceiros	5	3	1.187	2.802
ICMS	2	-	7.637	6.102
Imposto de renda retido na fonte	6	-	799	-
Outros impostos e contribuições retidos na fonte		-	631	672
Total	7.615	8.242	21.873	20.879

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Tributos diferidos e imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	98	98	5.026	5.739
Contribuição social diferida	36	36	1.797	2.054
IR/CS diferidos ativos	134	134	6.823	7.793
Imposto de renda diferido	-	-	(79.736)	(78.962)
Contribuição social diferida		-	(35.995)	(35.680)
IR/CS diferidos passivos (*)		-	(115.731)	(114.642)
PIS diferido	-	-	(83.102)	(38.554)
PIS diferido (presumido)	-	-	(21.399)	(65.221)
COFINS diferida	-	-	(60.728)	(164.255)
COFINS diferida (presumido)		-	(113.753)	(9.877)
PIS e COFINS diferidos		-	(278.982)	(277.907)
Ativo não circulante	134	134	6.823	7.793
Passivo circulante	_	_	(22.203)	(20.972)
Passivo não circulante	-	-	(372.510)	(371.577)

^(*) Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados nas controladas, Jaçanã, Serra Negra, Tangará, Borborema, Goyaz e Solaris, em Lucro presumido são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

As controladas São Francisco, Marituba e GBS são do regime do lucro real. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados no regime do Lucro Real são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado (lucro real)		
	31/03/2025	31/03/2024	
Resultado antes do IR e CS (i)	(40.055)	9.707	
Alíquotas nominais vigentes	` 34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social esperada	-	(5.291)	
Adições permanentes		<u> </u>	
- Exclusão da margem de construção	-	6.228	
- Receita de margem diferida	642	4.033	
- Despesas pré-operacionais	(113)	3.394	
- Receitas financeiras	(5.242)	-	
 IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal 	4.503	-	
Outros	(1.542)	682	
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.752)	9.046	
Corrente	-	-	
Diferido	(1.752)	9.046	
Alíquota efetiva	0,45%	93,19%	

⁽i) Resultado das Companhias Two Square Transmissions Participações S.A., GBS Participações S.A., Marituba Transmissão de Energia S.A., São Francisco Transmissão de Energia S.A., Tangará e Serra Negra que se encontram em regime de tributação lucro real.

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social para projetos em lucro presumido:

	Consolidado			
	31/03/2	025		
	IRPJ	CSLL		
Receita de ativo contratual	10.972	10.972		
Percentual de presunção	8%	12%		
Base de cálculo presumida	878	1.316		
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%		
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(220)	(119)		
Outros ajustes	21	547		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(199)	428		
Receita realizada	34.777	34.777		
Percentual de presunção	8%	12%		
Base de cálculo presumida	2.782	4.173		
Receitas financeiras	-	-		
Base de cálculo total	2.782	4.173		
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%		
Outros	(5)	(17)		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(690)	(393)		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
	31/03/2	024		
	IRPJ	CSLL		
Receita operacional líquida (i)	54.606	54.606		
Percentual de presunção	8%	12%		
Base de cálculo presumida	4.367	6.553		
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%		
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.092)	(590)		
Outros ajustes	594	334		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(498)	(256)		
Receita realizada	34.048	34.048		
Percentual de presunção	8%	12%		
Base de cálculo presumida	2.724	4.085		
Receitas financeiras	831	831		
Base de cálculo total	3.555	4.916		
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%		
Outros	(18)	-		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(871)	(442)		

⁽i) Receita da Borborema, Solaris e Goyaz – controladas diretas da GBS participações e Jaçanã, que se encontram em regime de tributação lucro presumido.

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

				Controladora			
_	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2024	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/03/2025
Ativo/passivo							
Imposto de renda	326	160	(388)	98	-	-	98
Contribuição social	118	445	(527)	36	-	-	36
Não circulante	444	605	(915)	134	-	-	134
= -				Consolidado			

_				Consolidado			
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/12/2024	Reconhecido no resultado	Outros movimentos	31/03/2025
Ativo							
Imposto de renda	2.997	2.970	(228)	5.739	(713)	-	5.026
Contribuição social	1.080	1.056	(82)	2.054	(257)	-	1.797
Total	4.077	4.026	(310)	7.793	(970)	-	6.823
Passivo							
Imposto de renda	(83.735)	4.545	228	(78.962)	(774)	-	(79.736)
Contribuição social	(37.008)	1.052	276	(35.680)	221	(536)	(35.995)
Total	(120.743)	5.597	504	(114.642)	(553)	(536)	(115.731)
Total líquido	(116.666)	9.623	194	(106.849)	(1.523)	(536)	(108.908)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem os seguintes processos:

a) Contingências passivas - risco de perda provável

A administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

		31/03/2025		31/12/2024	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Borborema	Cíveis	48	5.541	53	5.068
Goyaz	Cíveis	35	10.752	35	11.466
Solaris	Cíveis	29	3.253	39	3.117
São Francisco	Cíveis	78	11.254	58	10.712
Marituba	Cíveis	33	24.022	34	23.735
Jaçanã	Cíveis	3	29.825	3	29.624
		226	84.647	222	83.722

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

b) Movimentação das provisões para contingências

	31/12/22023	Adições	31/12/2024	Adições	31/03/2025
Processos judiciais					·
Cíveis	34.325	49.397	83.722	925	84.647
	34.325	49.397	83.722	925	84.647

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Contingências passivas - risco de perda possível

		31/03/2025		31/12/2024	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
São Francisco	Cíveis	4	65.413	4	65.413
Borborema	Cíveis	1	56	1	54
Marituba	Cíveis	-	-	-	-
		5	65.469	5	65.467

Intimação de Penalidade ANEEL - São Francisco

A São Francisco recebeu em 7 de dezembro de 2023 um Termo de Intimação de Penalidade Editalícia enviado pela ANEEL, indicando possíveis penalidades, estimadas no montante de R\$ 38.631 em virtude do atraso na conclusão e entrada em operação comercial do empreendimento, a qual deveria ter ocorrido em 21 de setembro de 2023, conforme previsto no contrato de concessão. Este mesmo termo indica que a São Francisco poderá eventualmente ter parte do valor da multa prevista coberta pelo Seguro Garantia firmado pela São Francisco. A Administração da São Francisco enviou a Manifestação acerca do referido Termo de Intimação em 30 de janeiro de 2024, apresentando as suas justificativas para o atraso citado acima, que incluem dentre outras: a dificuldade na obtenção de determinadas licenças e as limitações administrativas impostas pelo período da COVID-19.

Com base nas premissas destacadas acima, a Administração da São Francisco, assessoradas pelos seus consultores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perdas relacionadas ao pagamento da multa prevista acima, bem como outras penalidades previstas no contrato de concessão é possível.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$397.407, dividido em 397.407.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como se segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Sterlite Grid 5 Ltd	100%	100%
	100%	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Reservas de lucro

	31/03/2025	31/12/2024
Reserva legal (i)	13.302	13.302
. , ,	13.302	13.302

⁽i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

21. Receita operacional líquida

31/03/2025 6.653	31/03/2024
6 653	
0.000	91.343
94.638	89.632
101.291	180.975
(6.711)	(15.086)
(909)	(745)
93.671	165.144
	94.638 101.291 (6.711) (909)

22. Custo de implementação e infraestrutura

	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024	
Pessoal	_	(1)	
Máquinas e equipamentos	(1.054)	(24.610)	
Serviços de terceiros	•	336	
Terrenos	-	(5.171)	
Edificações	(3.799)	(31.653)	
Servidão	1.091	(1.249)	
Capitalização de juros	(1.456)	(9.032)	
Onerosidade	312	-	
Perda na realização da RAP	(3.906)	-	
Outros	(20)	(665)	
	(8.832)	(72.045)	

23. Custo de operação e manutenção

	Consoli	Consolidado		
	31/03/2025	31/03/2024		
Pessoal	(939)	(143)		
Serviços de terceiros	(2.882)	(4.186)		
Outros	(146)	(33)		
	(3.967)	(4.362)		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consol	lidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal e encargos	(12)	(1.047)	(2.977)	(7.798)
Serviços de terceiros	(155)	(1.390)	(5.824)	(2.046)
Depreciação e amortização	-	(69)	-	(69)
Material	4	(14)	(4)	(14)
Aluguéis	(24)	(7)	(31)	(9)
Tributos	(1)	(61)	(194)	(78)
Seguros	-	(30)	(2.212)	(1.610)
Outros	(18)	(188)	(335)	(336)
_	(206)	(2.806)	(11.577)	(11.960)

25. Outras receitas e despesas

	Contro	Controladora		olidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Outras despesas Multas regulatórias (ii)	-		(4.904)	-
		-	(4.904)	-
Outras receitas				
Receitas CDE (i)	-	-	5.388	1.235
Outras		9	-	9
	-	9	5.388	1.244
		9	484	1.244

 ⁽i) Valores referem-se a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE das controladas da Companhia.

⁽ii) De acordo com o contrato de concessão 02/2022 da controlada Jaçanã firmado com a ANEEL, a construção da linha de transmissão estava prevista para conclusão em março de 2025, o que não ocorreu. De acordo com a evolução da obra a Companhia prevê a conclusão para dezembro de 2025, o que resultará na possível aplicação da multa prevista contratualmente. Essa penalidade foi calculada proporcionalmente ao período de atraso e provisionada impactando os resultados financeiros do empreendimento.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Resultado financeiro líquido

	Contro	Controladora		olidado
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	401	832	3.229	3.645
Outras receitas financeiras	19	1.069	19	1.069
	420	1.901	3.248	4.714
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e				
debêntures	(28.764)	(20.565)	(101.458)	(80.273)
Despesas bancárias	(46)	(33)	(426)	(629)
Pis/COFINS sobre rendimentos financeiros	(20)	(88)	(90)	(140)
Variação cambial	(11)	· -	(11)	
Comissões, taxas e fianças	•	-	(9.347)	(10.888)
Multas e acréscimos moratórios	(152)	(2.988)	(4.402)	(3.268)
IOF	(700)	(192)	(706)	(195)
Outros	•	(26)	(13)	(57)
	(29.693)	(23.892)	(116.453)	(95.450)
Resultado financeiro líquido	(29.273)	(21.991)	(113.205)	(90.736)

27. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

27.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Controladora Consc		olidado	
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024		
Caixa e depósitos bancários		307	1.235	25.534	35.922		
Valor a receber da alienação de investimento		4.707	4.707	4.707	4.707		
Dividendos a receber		3.538	3.538	-	-		
Concessionárias e permissionárias		-	-	31.777	30.789		
		Contro	oladora	Conso	lidado		
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024		
Aplicações financeiras	2	-	-	18.594	6.870		
Caixa restrito	2	-	23.299	119.379	119.313		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores		2.310	2.276	219.444	210.834
Partes relacionadas		144.632	154.609	146.807	146.807
Empréstimos, financiamentos e debêntures		703.140	633.881	3.246.170	3.183.298

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

27.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise de sensibilidade

O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de março de 2025 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas dos contratos em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de março de 2025. É válido ressaltar que devido a gama de taxas dos contratos existentes, as taxas apresentadas nos quadros de sensibilização refletem a média das taxas fixas dos contratos somadas (quando aplicável) as taxas variáveis de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data base de 31 de março de 2025, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

Controladora

				31/03/2025				
	,		_	Risco de r	edução	Risco de a	Risco de aumento	
	Indexador	Posição em 31/03/2025	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)	
<u>Passivos</u>								
			10,87% + taxas fixas do					
	IPCA		contrato	6,83%	10,25%	20,50%	17,08%	
Empréstimos, finar debêntures	nciamentos e	703.140	104.061	52.030	78.046	156.091	130.076	
				Consolidado 31/03/2025				
_			_	Risco de i	redução	Risco de a	numento	
<u>-</u>	Indexador	Posição em 31/03/2025	Cenário provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)	
Ativos								
AUVOS	CDI		10,87%	5,44%	8,15%	16,31%	13,59%	
Caixa e equivalent		18.594	2.201	1.011	1.516	3.032	2.526	
Caixa restrito		119.379	12.976	6.488	9.732	19.465	16.221	
<u>Passivos</u>								
			4,62% + taxas fixas					
Empráctimos finas	IPCA		do contrato	5,26%	7,90%	15,79%	13,16%	
Empréstimos, finar debêntures	iciamenios e	3.246.170	363.605	181.544	272.316	544.633	453.861	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas.

A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida – RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

27.3. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras e das operações.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 31 de março de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Seguros

As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

						Valor
Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2024	05/07/2025	R\$ 50.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2024	28/06/2025	R\$ 389.820
Borborema	Operacional	Risco civil	Chubb	12/06/2024	12/06/2025	R\$ 40.000
Borborema	Operacional	Propriedade	Tokio Marine	18/06/2024	18/06/2025	R\$ 423.897
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2023	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2025	R\$ 306.802
Goyaz	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	30/06/2025	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2024	30/06/2025	R\$ 40.000
São Francisco	Performance Bond	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	14/03/2025	09/12/2025	R\$ 38.631
São Francisco	Construção	Risco Civil	Fairfax Brasil Seguros	31/12/2024	30/06/2025	R\$ 30.000
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	30/06/2024	30/12/2026	R\$ 908.648
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	31/01/2024	30/06/2026	R\$ 832.420
São Francisco	Construção	Risco de Engenharia	Swiss RE Corporate	31/12/2024	30/10/2027	R\$ 126.914
Marituba	Performance Bond (a)	Perfomance Bond	Swiss RE Corporate	15/08/2024	15/05/2025	R\$28.025
Marituba	Construção	Risco Civil	Chubb Seguradora	04/07/2023	04/07/2025	R\$60.000
Marituba	Construção(a)	Risco de Engenharia	Fator Seguradora	21/05/2023	07/07/2025	R\$736.794
Marituba	Construção	Risco Civil	Tokio MArine	04/07/2024	04/07/2025	R\$ 567.296
Jaçanã	Performance Bond	Performance Bond	Austral	10/03/2022	29/06/2025	R\$15.213
Serra Negra	Performance Bond	Performance Bond	Austral	05/09/2022	31/03/2027	R\$ 10.512
Tangará	Performance Bond	Performance Bond	Avla	05/09/2022	30/12/2027	R\$44.179
TS Transmissions	Corporate	Locação	Fairfax Brasil Seguros	16/02/2022	16/08/2026	R\$469
TS Transmissions	Corporate	Risco de Incêndio	Chubb Seguradora	03/01/2024	03/07/2027	R\$100.000
TS Transmissions	Corporate	Risco de Incêndio	Tokio Marine	03/01/2024	03/07/2025	R\$ 4.106

⁽a) Os seguros contratados para cobrir risco de engenharia não serão renovados, pois a obra já foi concluída.

29. Eventos Subsequentes

Jaçanã

Em 26 de abril de 2025 foi determinado o bloqueio judicial das contas bancárias de livre movimentação da Jaçanã, decorrente de um processo de execução de título extrajudicial impetrado por um de seus fornecedores devido ao atraso nos pagamentos acordados em contrato de fornecimento firmado entre as partes em 29 de junho de 2022, aditado em 18 de novembro de 2023. O valor solicitado pelo juiz ter sido de R\$ 27.845. Até o fechamento destas informações contábeis intermediárias as contas permaneciam bloqueadas.